

CEZAR DA SILVEIRA GUAZINA

UMA REALIDADE RURAL SOB O OLHAR DE UM ASSENTADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca do Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná. Como requisito parcial para obtenção do grau de especialista.

Profº Orientador: **Luiz Rogério de Oliveira Silva**

MATINHOS

2011

UMA REALIDADE RURAL SOB O OLHAR DE UM ASSENTADO

Cezar da Silveira Guazina¹;
Luis Rogério Oliveira da Silva².

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo dar voz a um assentado por meio de seus relatos a cerca da sua realidade no município de Boa Ventura de São Roque. Realidade muitas vezes discutida em sala de aula com alunos de o Projovem Campo Saberes da Terra, ministradas pelo autor deste trabalho no ano de 2010 nesse município mais especificamente na localidade da Cachoeirinha. Bem como, demonstrar com esses relatos algumas discrepâncias entre programas governamentais, projetos e normativas, e suas realidades de aplicação. A entrevista concedida pelo Senhor João Carlos Toebe traz sua visão e sua história, assim, contando como ele vê sua vida e as oportunidades oferecidas que tanto aparecem em programas e projetos de leis de incentivo à agricultura no nosso país. Dentre os incentivos e as normativas citadas pelo Senhor João encontra-se a normativa 51 do Ministério da Agricultura, que trata da produção de leite e o Pronaf, cujas aplicações sofrem barreiras segundo o entrevistado, e não chegam a todos os pequenos sítiantes e homens do campo em Boa Ventura de São Roque e talvez do Brasil.

Palavras-chave: Realidade; Pronaf; Normativa 51; PAA; Assentado rural.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo – Projovem Saberes da Terra, Universidade Federal do Paraná - Litoral, e-mail: kafcur@hotmail.com.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

INTRODUÇÃO

Levando-se em conta conversas em sala de aula, ministradas pelo autor desse trabalho, no município de Boa Ventura de São Roque, localizado na região centro do estado do Paraná mais precisamente na localidade da Cachoeirinha, juntamente com alunos matriculados no Projovem Campo Saberes da Terra no ano de 2010, surge pertinentemente o assunto sobre políticas públicas e financiamentos para o pequeno produtor. Questão sempre lembrada quando a indagação de porque o pequeno produtor não avança economicamente diante da escalada comercial que toma conta da produção de alimentos no país. Críticas e dúvidas são constantes na fala os alunos. Muitas vezes por falta de conhecimento de suas partes, mas também por acharem que poderiam ter mais simplificado seu ingresso no plano onde se encontram os produtores e não meros moradores da zona rural que apenas sobrevivem da terra. Dessa forma, o estudo tem como objetivo dar voz a um pequeno proprietário, que por sua vez é esposo de uma aluna a Senhora Tereza Toebe, e tentar entender como e porque um pequeno sitiante mesmo sabido e esclarecido diante das oportunidades oferecidas pelo governo estadual e federal.

O desenvolvimento e o bem estar humano sempre foram uma busca constante, muitas vezes por meio do Estado, mas não só por ele como por lutas organizadas por classes sociais. Alguns no plano urbano e muitos e mais engajados no setor rural. Cujo ambiente normalmente é citado como o cerne da vida moderna por ser ali gerado o principal, ou os principais sustentadores da vida que são os alimentos. O MST, movimento dos sem terra, no Brasil foi à grande alavanca da luta por um campo, um espaço rural mais democrático e coeso. Dando voz a um grupo de pessoas do campo que ainda, até meados de 1985, não tinham representantes ante aos palcos de defesa de idéias e direitos como cidadãos brasileiros.

Esses direitos nem sempre chegaram, ou chegam para todos os setores ou divisões do campo, mas geraram e ainda geram políticas públicas para seu desenvolvimento. Saldo positivo da perseverança de indivíduos como o Senhor João

Carlos Toebe, morador do município de Boa Ventura de São Roque, localidade da Cachoeirinha na zona rural, figura da entrevista que dá corpo a este trabalho.

REALIDADE RURAL E VELHAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Um agricultor, com onze filhos, dois alqueires de terra (o equivalente a pouco mais de quatro hectares) e pouco estudo, nos mostra a verdadeira realidade de um trabalhador rural brasileiro. Um desses filhos é o Senhor João Carlos Toebe, sujeito deste trabalho. Onde suas palavras são a base para demonstrarmos uma realidade que não é contada em todos os anais públicos.

Para podermos entender melhor a situação, o agricultor que contava com um pequeno pedaço de terra não tinha condições algumas de dar garantias a fim de conseguir empréstimos, ou até mesmo poder dar o sustento a uma família rural com onze filhos. Foi com esta experiência que o senhor João sai de sua casa e vai à busca do seu pedaço de chão, levando consigo sua família, para dar início a sua vida no Assentamento Nove de Julho, localizado no município de Boa Ventura de São Roque, a proposta feita pelo estado é de dez alqueires (vinte e dois hectares), realidade esta bem diferente que a de seu pai. A partir de três anos trabalhando em cima de sua propriedade, o assentado já pôde contar com a ajuda do governo que proporcionara um PROCERA (Programa de Crédito Rural para Reforma Agrária) Como comenta o Senhor João Toebe no momento de sua entrevista,

...eu não lembro bem... 92... É 92... Três anos... Eu não lembro bem 91/92 saiu um recurso... Pra nós... [O] Primeiro recurso chamava-se Procera... Saiu cinco mil. cinco mil significa hoje... Uns três mil reais... Aí eu vi depois... Mais um ano saiu o Procera investimento... Se comprou calcário saiu... Eu não lembro bem saiu uns sete mil. era cruzeiro... Eu não me lembro direito...

Cujo objetivo visava ajudar o agricultor como uma forma de empréstimo que por muitas vezes se tornava inviável, pois o assentado deveria se encaixar dentro de idéias propostas pelo estado, no caso daquele assentamento o destino do PROCERA era para o trabalho com o gado de leite ou plantação de erva mate, dessa forma tal ajuda tornar-se-ia um problema, é o que diz o Sr. João,

Esse Procera que saiu pra nós... Os técnicos que viam pra nós eram pra se uma ajuda... Mas quase foi um... Uma coisa assim meio inválida... Porque foram botadas as coisas meio a força... Quando se chegava se tinha três mil reais pra fazer isso... Mas tu tens que fazer isso... Às vezes não era isso que você queria... Pra planta erva... Ou vaca de leite... Mas se você não tinha que compra a vaca né... E se planta erva tu também não tem mercado garantido... Então foi coisa assim que você fica sem... sem ter um planejamento bom...

Muito claro essa idéia, não se sabia se haveria mercado para a venda de erva mate, e visto que colheita se dava somente a partir de certo período, e a necessidade era urgente, e o trabalho com o gado de leite não era tão simples, dessa forma ou se comprava o animal, ou se plantava o pasto, vendo que o desenvolvimento daquele assentado não aconteceria, pois com o que lhe era proporcionado só era suficiente para alimentar a si e sua família, limitando os sonhos de tornar-se auto-sustentável.

REFORMA AGRÁRIA X AGRICULTURA FAMILIAR

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que formam a maior parcela de interessados no plano da reforma agrária puderam contar com o Programa de Crédito Rural para a Reforma Agrária, que apesar de seus altos e baixos, tinha como prioridade o assentado, com o rompimento deste programa em 2002, o

Governo de Fernando Henrique Cardoso, se vê obrigado a renegociar com os assentados rurais uma nova posição.

Surge então a unificação do PROCERA (Programa de Crédito Rural para a Reforma Agrária) criado em 1985 pelo Conselho Monetário Nacional, com o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar). Esse programa tinha o objetivo de alavancar o desenvolvimento dos assentados rurais com sua inserção no mercado, isso só seria possível se não houvesse alguns empecilhos tais como que uma produção ainda de subsistência não permite um grau de especialização produtiva que propiciaria maior ganho e produtividade, realidade de um assentado e até mesmo de um pequeno sítio (REZENDE, 1999).

Mas as dificuldades que já havia com o PROCERA, continuaram na realidade dos assentados, como resposta as reivindicações dos movimentos rurais o governo lança o PRONAF no início da década de 90. O programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo (SCHNEIDER et al,2004).

Esse programa governamental até hoje favorece o crescimento da agricultura familiar, mas deixa a desejar ao movimento dos assentados, pois para se conseguir este programa oferecido pelo estado é necessário o título da terra, o que muitos dos assentados ainda não possuem como diz o Sr. Toebe:

“hoje é o Pronaf... hoje mudou muito... pra você ver... na época era [o] Procera, mas [hoje] nós podemos tira até 33 mil., mas você não consegue por causa que não tem vez... não tem registro da terra...a terra...não tem bens...tá empenhado...quer dizer que hoje...porque veja bem...a situação que nós estamos hoje...”

Dificuldade essa, emblemática no Brasil, onde “o Estado em prol do “desenvolvimento” tem proposto políticas públicas voltadas para grandes complexos agroindustriais” FRANCIS (2009), tornando trabalhoso o avanço da agricultura familiar

proposto pelo governo, que não se dirige aos assentados, e nem mesmo a pequenos agricultores com características semelhantes, não obstante revelamos os entraves encontrados na difícil realidade do Sr. Toebe em tornar sua propriedade desenvolvida e digna de estar dentro do sistema econômico. Assim bem informa Paulo Chagas Francis

“A necessidade de políticas públicas que sejam articuladas para atender aos agricultores familiares é um fato, envolvem atuações dos governos federais, estaduais e municipais; porém as metas adotadas desde o período da Revolução Verde têm dado prioridade tão somente a agricultores familiares com alto grau de integração com os setores agroindustriais, deixando o restante à margem.” (2009)

NOVAS POLÍTICAS E NOVOS ENTRAVES

A modernização agrícola é uma das propostas recorrentes para fortalecimento da agricultura, no Governo Lula, observamos novas tentativas de lançar programas que ajudem no desenvolvimento do setor rural, com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) surge uma oportunidade para o pequeno agricultor de obter um melhor rendimento com os alimentos produzidos na sua propriedade, porém, na voz do Sr. João “*tem muita burocracia*”, segundo seu relato a produção era feita pelo agricultor, mas o ressarcimento do valor demorava acontecer, não que fosse ruim, mas para um pequeno produtor os ganhos precisam ser imediatos, visto que o seu sustento tem que ser diário. Mesmo o entrevistado sabendo dos financiamentos ele declara que

Existe um/um o Ministério da Agricultura diz que tem uns programas muito bons... Mas... Eu acredito assim que é bom entre aspa porque pra nós na verdade se você não tiver garantia não... Você não consegue o recurso não e hoje eu assim que teria que ter no Estado no próprio município um apoio... Assistência técnica... Tivesse no caso pra essas 40/50 famílias um técnico e um agrônomo pra fazer um acompanhamento... Porque hoje mudo muita coisa a questão ah:: lavora o sítio hoje

se você não teve um conhecimento bom teve um acompanhamento você não conseguiu se manter...eh:: Outra eu acho assim dependia do estado te dá um...além dessa assistência te dá um recurso calcário...um financiamento mas ah: uma coisa assim que você não tivesse que fazer uma garantia tão...uma coisa tão... Como que poderia dizer assim... Burocracia/tanta burocracia sabe... Facilitar.

“Cabe aqui, mais uma vez, chamar a atenção para a falta de uma política efetiva de crédito para a reforma agrária. Embora ela exista, seu alcance é ainda bastante precário. Além das dificuldades de acesso ao mesmo, pode-se constatar que os recursos despendidos pelo governo são ainda excessivamente limitados.”
BERGAMASCO (1997).

Outro caminho para o pequeno agricultor é o trabalho com o gado de leite, que é o carro chefe da propriedade do Sr. João, sucateado devido aos problemas encontrados na aquisição de crédito para o desenvolvimento agropecuário aos assentados. Além disso quando o governo tenta qualificar o produto rural acaba por lançar empecilhos àqueles que estão fora do modelo capitalista de gerenciamento da terra. A normativa 51 do Ministério da Agricultura, lançada em 2002 é um exemplo de que nem sempre todos serão beneficiados com o processo de modernização do setor rural. O senhor João Toebe, ciente dessa normativa relata que em sua propriedade houve alguns ajustes, como a aquisição de uma ordenha mecânica, mas que para adquirir um resfriador que também é uma exigência a todos os produtores de leite, pequenos ou grandes, tornam-se dispendioso devido a sua situação de assentado, suas palavras são:

...falta bastante apoio... [A] questão de leite hoje... tem uma...a normativa 51:... Que fala se você não tiver um leite de qualidade... Concordo acho que tem que ter qualidade... Mas tem que ter uma/também eu acho nós fazer nossa parte, mas o estado o município o governo federal também fazer a parte deles... Ajudar... Com recurso de... Eu acho assim que a questão... Um resfriador de leite é muito caro hoje

resfriador de leite pra você comprar de mil litros é dez mil reais então quando é o pequeno agricultor vai poder compra um resfriador...

Um problema que já fora levantado em outros estudos sobre questões agrárias no Brasil quando FERNANDES (2008) comenta que a defesa da especialização da produção pode levar o pequeno agricultor aos enrascados entraves dos financiamentos bancários, tal suposto desenvolvimento poderia trazer apenas um deslumbramento ante a tecnologia e colocaria o sitiante pequeno dentro da corrida capitalista no agronegócio onde suas pequenas estruturas e garantias não valeriam como base par competir com grandes produtores. FERNANDES amplia um pouco mais a discussão:

Apesar de ainda possuírem relativa autonomia, considerando-se a correlação de forças, os camponeses resistem a essa avalanche do formato único, do moderno, à especialização, ao endividamento bancário, porque têm clareza que sua permanência enquanto ator-sujeito está em risco. Em nível planetário, considerando a diversidade de situações e aspectos históricos, tem sua existência mantida devido à luta de resistência; daí entendermos que o conteúdo contraditório dessa está vinculado a recusa à proletarização e ao pagamento da renda da terra que são expressões das múltiplas determinações do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. (p.294, 2008)

Na fala do Senhor João é perceptível essa preocupação em não haver mais espaço para o pequeno produtor, ou pelo menos de haver um estreitamento das chances na competição no cenário atual da produção agrícola, que exige um aperfeiçoamento dos meios de produção, mas também tornam burocrático e desestimulante na visão do pequeno proprietário rural:

...eu acho assim que a questão... Um resfriador de leite é muito caro hoje resfriado de leite pra você comprar de mil litros é dez mil reais então quando é o pequeno agricultor vai poder compra um resfriador... Quantos litros de leite vai ter que tirar... Eu acho que o governo federal deveria... O governo do estado devia te uns/uns

umas coisa assim...um...uma:: proposta você vai cada produtor conforme a necessidade vai te um resfriador...mas te um resfriador () mas assim você vai te um resfriado pra pagar com dez ano...() mas tu vai te tantos mil litro vai pagar em leite...tantos litro de leite...mas uma quantia que fosse viável pra você... Pra você se manter... Não... Tem... Tem a ordenhadeira, o resfriador, o pasto...

Isso no que diz respeito à produção apenas, porém, outras indagações surgem para o pequeno assentado na sua luta par continuar como um cidadão que vive no campo e sobrevive do campo, trabalha no campo, tira seu sustento e constrói sua família e vida social no meio rural:

...Nós estamos assim muito esquecidos... É uma pena... Se Continuar o jeito que está indo daqui... Dez anos acho que vai desaparecer o pequeno produtor... Por que pela lógica que to vendo... a preocupação minha é muito grande... Qual é o fio do produtor que quer ficar morando assim co pai tomando conta de uma vaca de leite... Por que não ta dando resultado... Não tem apoio de ninguém... eh:: pra ter uma idéia eu só tenho o Maycon...pelo o que eu vejo tudo se indica que a partir do ano que vem máximo dois ano não tenho nem ele... Fica só nós... Mas se tivesse... Uma coisa voltada à agricultura um apoio melhor com certeza que teria muitos filhos que ia ficar ocupando o lugar do pai...

Preocupação essa que não é invenção de um sonhador ou de um desavisado homem do campo, mas uma realidade conhecida por muitos, FERNANDES (2008) comenta que o agronegócio é sistematicamente diferente do modelo campestino, enquanto um quer a monocultura apenas, o assalariado, produção em grande escala o outro quer o trabalho familiar, a biodiversidade, no entanto, como o capital controla a modernização e especialização até mesmo no meio rural, o pequeno agricultor fica subordinado ou pelo menos sufocado pelo dispare modelo econômico capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho e a vida no campo, na pequena propriedade rural são tão valorosos quanto à da grande fazenda. Todos são cidadãos nesse imenso país agroindustrial e tudo que há para o grande proprietário de terra há de ser oferecido ao pequeno produtor. Nas mesmas condições, empréstimos de longo prazo, assistência técnica especializada sem falhas ou demoras. O que nem sempre acontece quando se espera que o Estado aja dentro do seu intuito de desenvolver o setor agropecuário com vigor. Há muito que se fazer para que se tenha o que se aprende na escola, ordem e progresso. Mas esse progresso não pode ser apenas de mão única, para apenas um lado da população, deve sim seguir o curso da modernização social onde a diversidade também é presente com pequenos e grandes juntos, ou pelo menos iguais na busca do crescimento econômico das repúblicas democráticas como o Brasil.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, R.. A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, América do Norte, 21, dez. 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/13243/13427>. Acesso em: 15 Ago. 2011.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 31, Dec. 1997. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300003&lng=en&nrm=iso>. Access on 15 Aug. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003>.

BOGO, Ademar. Identidade e luta de classes. 1º Ed – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano (org.) Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANCIS, PAULO CHAGA. OS PROGRAMAS DE CRÉDITOS PARA OS ASSENTAMENTOS RURAIS - O ESTUDO DE CASO DO DORCELINA FOLADOR (ARAPONGAS – PR.) Revista Geografar Curitiba, v.4, n.1, p.78-97, jan./jun. 2009. HYPERLINK acesso em 15 Ago.2011.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



REZENDE, Gervázio Castro de. Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath;
MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). Políticas Públicas e
Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.